

Inocência insiste em agilizar julgamento

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara recebe amanhã as representações contra 16 deputados e um suplentes indicados para cassação pela CPI do Orçamento. A rapidez do julgamento depende, porém, da aprovação do projeto de resolução que estabelece sessões diárias na Casa.

Atualmente as sessões são semanais, o que torna o prazo de defesa — de cinco sessões — excessivamente longo. Os advogados dos acusados estão trabalhando para que não haja **quorum** para aprovação do projeto e, com isso, ganhem mais tempo para defesa.

Preocupado com as manobras protelatórias, que já atrasaram em duas semanas o início do julgamento dos acusados, o presidente da Câmara, Inocência Oliveira (PFL-PE) apelou aos líderes dos partidos para que convoquem suas bancadas a comparecerem em peso à sessão de amanhã.

Tão logo receba as representações, a CCJ entregará cópia do auto de acusação a cada um dos envolvidos. Nesse momento começa a contar o prazo da defesa. Caso algum acusado não apresente defesa escrita, será designado advogado dativo, que terá novo prazo e cinco sessões para fazê-lo.

A previsão de Inocência é que até 15 de março todos os corruptos do orçamento estejam cassados. A seu ver, a investigação da CPI está fartamente embasada em provas, o que facilitará o trabalho da CCJ.

Cautela — O problema é que, no

meio do processo, precisamente em 15 de fevereiro, o presidente da CCJ que iniciará o processo, deputado José Dutra (PMDB-AM), terá o mandato extinto e será substituído pelo novo presidente, provavelmente o deputado José Thomaz Nonô (PMDB-AL), que defende uma tramitação mais cautelosa. Ex-presidente da polêmica CPI da Vasp, Nonô já avisou que, caso assumo, não eliminará qualquer etapa que, a seu ver, prejudique a ampla defesa dos acusados.

Pelos seus cálculos, o julgamento se estenderá pelo menos até o final de abril. Em compensação, ele quer que as sessões da CCJ sejam abertas à imprensa e ao público credenciado, como forma de dar transparência ao julgamento.

Além do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), cujo processo já está em curso no Senado, a CPI indicou para cassação o suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ), e os deputados Anníbal Teixeira (PTB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA), Daniel Silva (PPR-MA), Ézio Ferreira (PFL-AM), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), João de Deus Antunes (PPR-RS), Flávio Derzi (PP-RS), Genebaldo Correia (PMDB-BA), João Alves (sem partido-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Carlos Benevides (PMDB-CE), Paulo Portugal (PP-RJ), Raquel Cândido (PTB-RJ), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Íbsen Pinheiro (PMDB-RS).